

FERRAMENTA PARA PLANEJAMENTO DE MELHORIAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EMPREGANDO O IACG

<https://doi.org/10.5902/2318133888437>

Sabrina Nogueira Silva¹
Firmino José Lira Rosas²
Iracyanne Retto Uhlmann³

Resumo

Avaliar as próprias estruturas e processos de uma instituição de ensino superior ou de um curso de graduação é fundamental para identificar lacunas que impedem de oferecer um ensino de qualidade. O objetivo desta pesquisa foi propor uma ferramenta para planejamento de ações para melhoria do conceito de cursos de graduação, empregando o relatório de avaliação in loco de curso, baseado no *Instrumento de avaliação de cursos de graduação*, utilizado pelo Ministério da Educação. O estudo iniciou com uma pesquisa bibliográfica e documental e posterior aplicação da ferramenta num curso de graduação de Engenharia de Produção, resultando em um plano de ações com sugestões para elevar as notas dos indicadores com desempenho menores ou iguais a 3 para atingir a nota máxima de 5.

Palavras-chave: ensino superior; Sinaes; avaliação de cursos de graduação; melhorias.

INSTRUMENT FOR PLANNING IMPROVEMENTS IN UNDERGRADUATE DEGREES USING IACG

Abstract

Assessing the structures and processes of a higher education institution or of an undergraduate program is essential to identify gaps that prevent quality education from being offered. This research proposes an instrument for planning actions to increase the scores of undergraduate programs, using an evaluation report, based on a government audit, called *Instrumento de avaliação de cursos de graduação*, used by the Brazilian Ministry of Education. The study began with bibliographical and documentary research and subsequent application of the tool in an undergraduate Production Engineering course, resulting in an action plan with suggestions to increase the grades of indicators with performance less than or equal to 3 to reach the maximum grade of 5.

Key-words: university education; Sinaes; assessment of undergraduate programs; improvements.

¹ Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara, Amazonas, Brasil. E-mail: sabrinasilva09@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3893-0438>.

² Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara, Amazonas, Brasil. E-mail: firminolira@ufam.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3321-4168>.

³ Universidade Federal do Amazonas, Itacoatiara, Amazonas, Brasil. E-mail: iracyanneuhlmann@ufam.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9994-7004>.

Crerios de autoria: os autores, coletivamente, realizaram a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 30 de julho de 2024. Aceito em 30 de outubro de 2024.



Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.	Santa Maria	v. 13	n. 22	e88437	2024
-------------------------------	-------------	-------	-------	--------	------

Introdução

O ensino superior é fundamental no desenvolvimento acadêmico e profissional dos indivíduos, tornando-os capazes de enfrentar um mercado competitivo. Com as exigências de qualificação profissional, é importante que as IES se adaptem a essas exigências oferecendo um ensino de qualidade (Andrade, 2012). No Brasil, os primeiros processos de avaliação das IES e dos cursos de graduação não foram suficientes para avaliar o ensino superior oferecido no país. Então, para superar as dificuldades e as falhas do sistema de avaliação, em abril de 2004, foi instituído, pela lei n. 10.861, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes - (Lordelo, 2009; Dazzani, 2009).

Para Cavalcanti (2019), o Sinaes é uma política pública, sendo formada por três componentes de avaliação e regulação: a avaliação institucional das IES; a avaliação dos cursos de graduação; e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes - Enade. Segundo Andrade (2012), a avaliação deve oferecer subsídios importantes para a tomada de decisão e melhoria do processo educativo e, também, atender aos critérios de regulação estabelecidos pelo Sinaes. Desta forma, Leite (2007) afirma que as avaliações para a qualidade do ensino superior são de caráter formativo, intencionando o desenvolvimento da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. As avaliações dos cursos de graduação são utilizadas, predominantemente, como uma atividade técnica e regulamentada, vinculada às questões operacionais e à mensuração dos resultados para gerar dados relevantes para a tomada de decisões, contribuindo para o aprimoramento na oferta de um ensino superior de qualidade (Lordelo, 2009; Dazzani, 2009).

As informações obtidas nas avaliações requerem um método eficaz, capaz de identificar as falhas que impedem a oferta de um ensino de qualidade, que afetam diretamente o alcance da satisfação dos indicadores de qualidade do ensino superior. Sem uma abordagem sistemática e abrangente para identificar e evidenciar as ausências, os resultados das avaliações dos cursos podem refletir uma qualidade insatisfatória e prejudicar a oferta de um ensino de qualidade para o desenvolvimento dos estudantes (Reis, 2010; Silveira, 2010; Ferreira, 2010).

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo geral propor uma ferramenta para planejamento de ações para melhoria de conceito de cursos de graduação, empregando o relatório de avaliação *in loco* de curso, baseado no IACG utilizado pelo MEC. Nesse contexto, o estudo apresenta elementos para tomada de decisão na gestão universitária, pela proposta de um plano com ações capazes de melhorar as notas dos indicadores de curso de graduação nas dimensões organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura. Dado o caráter regular de avaliação no âmbito do Sinaes, pode subsidiar um programa de melhoria contínua em conceitos de cursos, bem como proporcionar à comunidade acadêmica informações sobre a percepção dos atores da comunidade universitária sobre o desempenho dos cursos das IES.

Sistemas de avaliação de qualidade de ensino superior

As ideias iniciais sobre avaliar os cursos de graduação partiram do Programa de Avaliação da Reforma Universitária em 1983. O programa foi substituído pela a constituição da Comissão de Notáveis, em 1985, e do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior em 1986 (Polidori, 2006; Marinho-Araujo, 2006; Barreyro, 2006). Em 1996, o Exame Nacional Curricular foi implantado em âmbito nacional, seguido de outros mecanismos de avaliação, como a Avaliação das Condições de Ensino e a Avaliação da Acreditação de Instituições Privadas. Porém, este modelo não foi o eficiente para responder sobre o tipo de ensino superior oferecido aos brasileiros (Polidori, 2006; Marinho-Araujo, 2006; Barreyro, 2006).

Então, a lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sinaes com a finalidade de melhorar da qualidade do ensino superior, orientar a expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, além do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. O Sinaes foi criado para “assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (Brasil, 2004). Ele é composto por três eixos de avaliação: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Este Sistema está sob a responsabilidade do Inep (Polidori, 2006; Marinho-Araujo, 2006; Barreyro, 2006).

Os indicadores utilizados na avaliação da qualidade do ensino superior são: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC –; o Conceito Preliminar de Curso – CPC – ou Conceito de Curso – CC –; o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado – IDD –; o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade (Brasil, 2016). Os indicadores de qualidade são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 indicam conceito satisfatório e, no caso de instituições, também são apresentados em escala contínua (Brasil, 2007).

O IGC foi instituído pela portaria normativa n. 12 em 2008 e regulamenta a consolidação das informações referente aos cursos superiores constantes dos cadastros, censo e avaliações disponibilizados pelo Inep e pela Capes. Os resultados do IGC são divulgados anualmente pelo Inep e o cálculo do IGC é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos: média ponderada dos CPCs, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos de graduação cadastrado; média das notas dos programas de pós-graduação, obtidas a partir da conversão dos conceitos atribuídos pela CAPES, com base no número de matrículas em cada um dos cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu* correspondentes. Os resultados do IGC são divulgados anualmente pelo Inep.

O objetivo de avaliar os cursos de graduação é analisar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, considerando as circunstâncias do perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica (Brasil, 2004). Em 5 de agosto de 2008 foi instituído, pela portaria normativa n. 4, o CPC. Esse é calculado a partir dos resultados obtidos no Enade e nas condições de oferta do processo formativo (Brasil, 2016).

Os métodos de como o CPC é calculado estão descritos na nota técnica n. 58/2020/CGCQES/Daes (Brasil, 2020), a qual afirma que o CPC “é constituído de oito componentes, agrupados em quatro dimensões que se destinam a avaliar a qualidade dos cursos de graduação”, sendo elas: desempenho dos estudantes: mensurado a partir das notas dos estudantes concluintes no Enade; valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso: medidos a partir dos valores do IDD; corpo docente (CD): baseado em informações obtidas a partir do Censo da Educação Superior; percepção discente (PD) sobre as condições do processo formativo: são obtidas por meio do levantamento de informações relativas à infraestrutura e instalações físicas, à organização didático-pedagógica e às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional, com base nas respostas obtidas com a aplicação do Questionário do Estudante.

O CPC contribui nos processos de reconhecimento e renovação dos cursos superiores. Desta forma, os cursos que alcançam os conceitos preliminares 1 ou 2 são requeridos para avaliação *in loco*, no prazo de sessenta dias, a qual resultará na confirmação do conceito preliminar ou na sua alteração. Por outro lado, os cursos que obtiveram CPC satisfatórios – igual ou superior a três –, são dispensados de avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento respectivos.

O IDD visa a medir o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos discentes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida proxy das suas características de desenvolvimento ao ingressarem no curso de graduação avaliado. Para calcular o IDD do curso, é preciso que ele atenda às seguintes condições: possuir no mínimo dois estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os três anos anteriores; atingir 20% do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

O Enade avalia o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos dos cursos de graduação e o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias adquiridas na sua formação (Brasil, 2007). O Enade é uma prova de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, voltada a analisar as competências, habilidades e conteúdos agregados durante a formação. Além disso, a portaria normativa n. 40 afirma que o exame deve ser realizado anualmente, aplicando-se trienalmente a cada curso, e é um componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar no histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova.

Com a entrada das IES no sistema federal de ensino, foi necessário que os cursos de graduação sejam autorizados para iniciar suas atividades, para depois receberem o reconhecimento do curso, que possibilitará à IES emitir diplomas aos estudantes. De acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a processo avaliativo periódico para obter a renovação do reconhecimento, necessário para a continuidade da oferta dos cursos de graduação (Brasil, 2017). Os processos de reconhecimento de curso, assim como suas renovações, transcorrem dentro de um fluxo processual composto por diversas etapas, dentre elas a avaliação *in loco*, que resulta em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam as informações apresentadas pelo curso relacionadas à realidade encontrada durante a visita *in loco*. Desta forma, é gerando o Conceito de Curso, com cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Desta forma, o Inep criou o *Instrumento de avaliação de cursos de graduação* – IACG –, composto por três dimensões de avaliação: Organização didático-pedagógica, Corpo docente e tutorial e Infraestrutura constante no projeto pedagógico do curso. Os conceitos alcançados nas avaliações não garantem, por si sós, o deferimento do ato autorizativo, mas subsidiam as secretarias competentes do MEC em suas decisões regulatórias (Brasil, 2017). Para obter o CC, é calculado considerando os pesos atribuídos às três dimensões do instrumento de avaliação: a dimensão 1 – Organização didático-pedagógica – tem peso 30; a dimensão 2 – Corpo docente e tutorial – tem peso 40, e a dimensão 3 – Infraestrutura – tem peso 30.

O instrumento possui critérios de análise de forma aditiva, considerando cada conceito do indicador. Assim, os conceitos 1 e 2 apresentam ausências relativas ao critério de análise do conceito 3, que caracteriza a suficiência em relação a cada objeto de avaliação. O conceito 4 inclui critérios adicionais em relação ao conceito 3, e o mesmo ocorre com o conceito 5, em relação ao conceito 4 (Brasil, 2017). O quadro 1 mostra a relação entre conceitos, legendas e seus significados.

Quadro 1 –
Relação entre conceitos, legendas e seus significados do IACG.

Conceito	Legenda	Significado
1	Insatisfatório	Ausência crítica do objeto de avaliação ou de evidência dos atributos descritos no conceito 2
2	Parcialmente Satisfatório	Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3
3	Satisfatório	Evidências para os atributos apresentados nos descritores do conceito 3
4	Bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e dos critérios aditivos do conceito 4
5	Muito Bom	Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e dos critérios aditivos dos conceitos 4 e 5

Fonte: Brasil (2017).

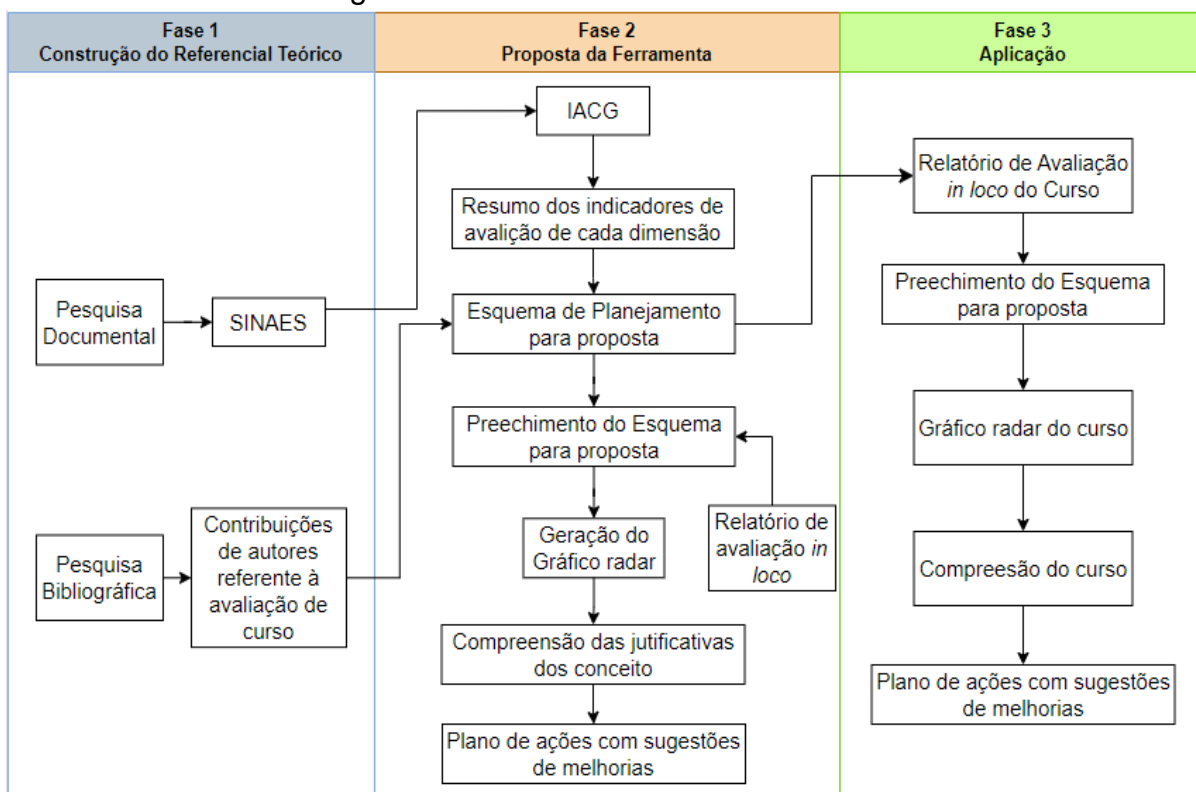
De acordo com Cavalcanti (2019), a criação de um manual teórico prático de procedimentos técnicos, destinados aos cursos de graduação, ajuda a determinar quais ações devem ser adotadas, para melhorar, os resultados das próximas avaliações com base na análise Swot, complementada pela ferramenta PDCA.

Para Ribeiro (2018) analisar as informações contidas nos relatórios de avaliação de cursos, pode auxiliar a Comissão Própria de Avaliação de determinada IES, nas orientações dadas às coordenações de cursos nos procedimentos relativos à avaliação de cursos de graduação. A pesquisa de Soares (2020), para avaliar o curso de graduação, desenvolveu um simulador de avaliação interna à luz do IACG, acessível em plataformas Windows e Linux, para simular o reconhecimento de cursos de graduação, tendo como objetivo identificar as fragilidades, as potencialidades e auxiliar a IES na tomada de decisões futuras.

Metodologia

A figura 1 ilustra o procedimento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. São três fases compostas por atividades menores e cada uma destas fases visa a atender os três objetivos específicos do estudo: compreender as dimensões e indicadores do IACG – presencial e a distância – reconhecimento/renovação de reconhecimento utilizado pelo MEC; esquematizar uma ferramenta para planejamento de ações para melhorar a nota nos indicadores de avaliação do IACG; aplicar a ferramenta em um curso de graduação avaliado *in loco* pelo MEC, considerando o resultado do último Relatório de Avaliação, para elaboração de plano de ações de melhoria.

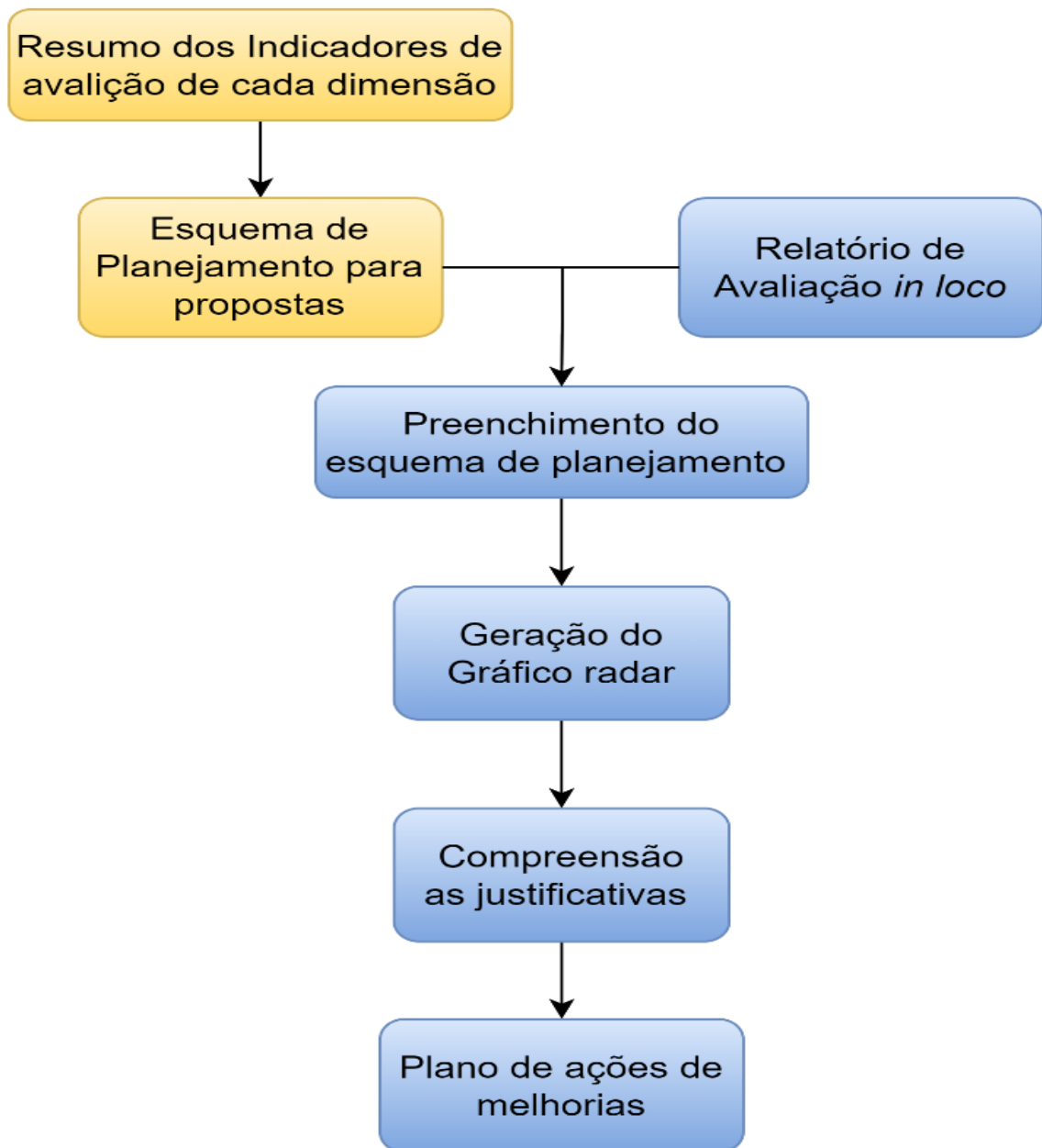
Figura 1 –
Procedimento metodológico.



Fonte: autores com base em Uhlmann (2020).

Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Neste estudo, pesquisa documental desempenhou um papel importante para o conhecimento sobre os primeiros procedimentos de avaliar o ensino superior, até a instituição do Sinaes em 2004, e seus parâmetros.

Figura 2 –
Fluxo de aplicação da ferramenta para planejamento de ações.



Fonte: autores (2024).

Os blocos destacados em amarelo são preparados antecipadamente à aplicação da ferramenta. O resumo dos indicadores de avaliação de cada dimensão consiste apenas em mostrar cada indicador para facilitar a visualização do IACG, baseado em Brasil (2017). O esquema de planejamento para proposta pode ser visualizado no apêndice 1, estando já estruturado com base no IACG, antes do preenchimento das colunas nota, justificativa do conceito e ações propostas, as quais recebem informações a partir dos resultados do relatório de avaliação in loco do curso do curso de graduação.

Os blocos destacados em azul são executados no momento da aplicação da ferramenta. O preenchimento do esquema é efetuado com o resultado do relatório de avaliação in loco do curso para o qual se deseja aplicar a ferramenta, por cada dimensão

do IACG, auxiliando na apuração dos resultados que o relatório dispõe. De acordo com Galdino (2011), esse processo visa a organizar as informações do curso sobre a sua organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura para, então, gerar o gráfico radar de cada dimensão para facilitar a visualização dos indicadores.

As justificativas apresentadas nos relatórios revelam as evidências que levaram à atribuição dos conceitos. Segundo Santos (2020), a compreensão das justificativas é fundamental para a identificar as ausências e falhas argumentas pelos avaliadores. Por fim, partindo dos resultados obtidos, seguindo a ferramenta para planejamento, é possível elaborar o plano de ações com sugestões de melhorias para os indicadores que possuem notas iguais ou menores que 3, identificando os pontos que podem ser melhorados, a fim de alcançar a nota 5.

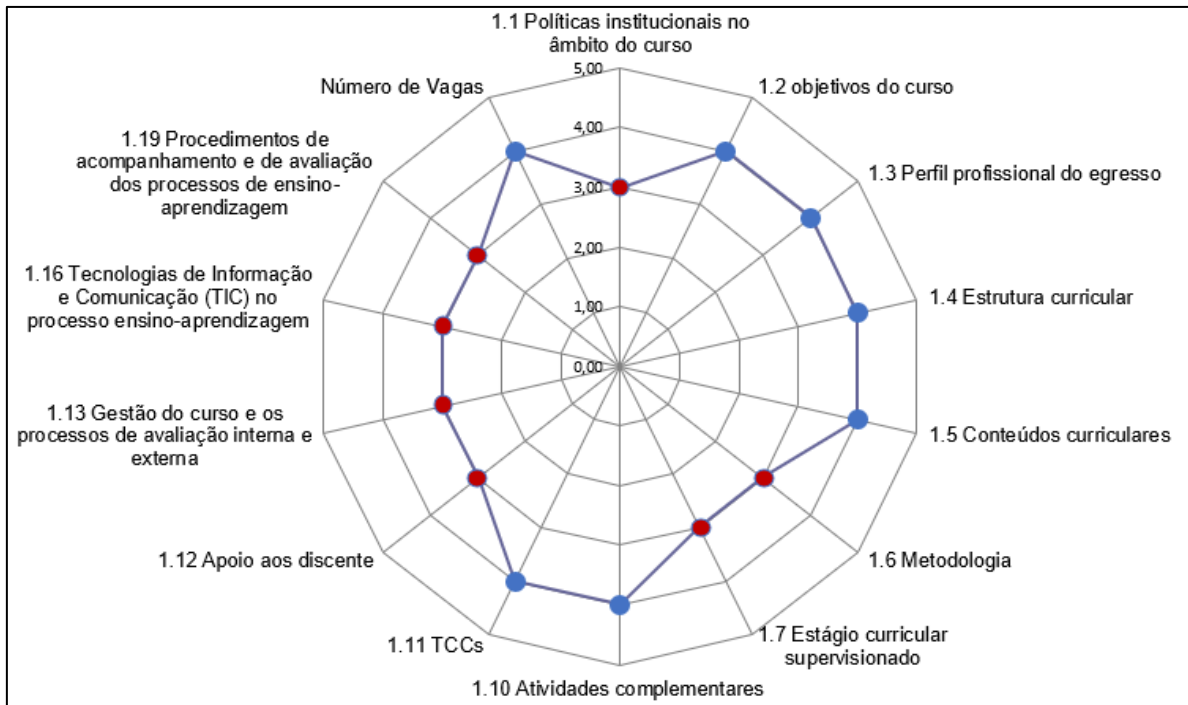
O fluxo ilustrado na figura 2 é aplicado numa IES. O processo foi iniciado com o relatório de avaliação *in loco* do curso de graduação escolhido para aplicação da ferramenta. O relatório de avaliação *in loco* do curso é constituído com as informações do curso, junto com as notas e as justificativas destas (Machado, 2014). Em seguida, o gráfico radar do curso de graduação foi gerado, especificando quais indicadores de cada dimensão possuem notas iguais ou menores que 3. Então, é realizada a compreensão das justificativas dos avaliadores que levaram à atribuição da nota. A atividade final, consistiu na elaboração do plano de ações, visando a melhoria dos resultados dos indicadores aferidos que possuem notas iguais ou menores que 3, buscando a nota máxima 5.

Aplicação

O objeto de estudo da aplicação dessa pesquisa é uma IES no campus Itacoatiara, no interior do Amazonas, onde vários cursos são ofertados, dentre eles o curso de graduação em Engenharia de Produção. Para aplicação da ferramenta foi utilizado o último relatório de avaliação *in loco* referente à renovação de reconhecimento do curso realizado pelo MEC em 2018. O esquema de planejamento baseado no IACG foi preenchido com os resultados do último relatório de avaliação *in loco* do curso, como apresentado no apêndice 1. A partir destas informações foram elaborados gráficos radar para cada dimensão, possibilitando a visualização dos indicadores que possuem notas iguais ou menores que 3. Os gráficos apresentados mostram os indicadores de cada dimensão com seus respectivos conceitos, desconsiderando os indicadores com o termo não se aplica (nsa) informado no apêndice 1.

O gráfico 1, mostra os indicadores da dimensão organização didático-pedagógica. O curso obteve o conceito 3 (satisfatório) em 7 indicadores: (1.1) políticas institucionais no âmbito do curso; (1.6) metodologia; (1.7) estágio curricular supervisionado; (1.12) apoio ao discentes; (1.13) gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa; (1.16) tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem; e (1.19) procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.

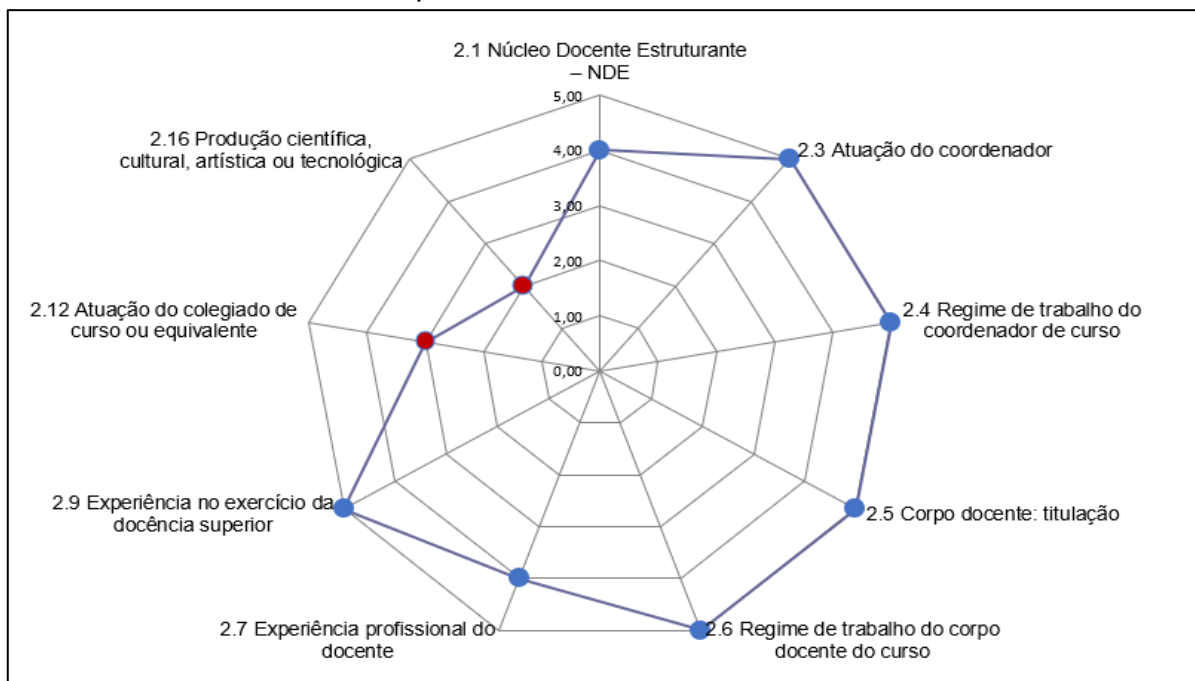
Gráfico 1 –
Indicadores da dimensão organização didático-pedagógica.



Fonte: autores (2024).

O gráfico 2 mostra a dimensão corpo docente e tutorial. Os indicadores (2.12) atuação do colegiado de curso ou equivalente e (2.13) produção científica, cultural, artística ou tecnológica, tiveram conceito 3 (satisfatório) e 2 (parcialmente satisfatório), respectivamente.

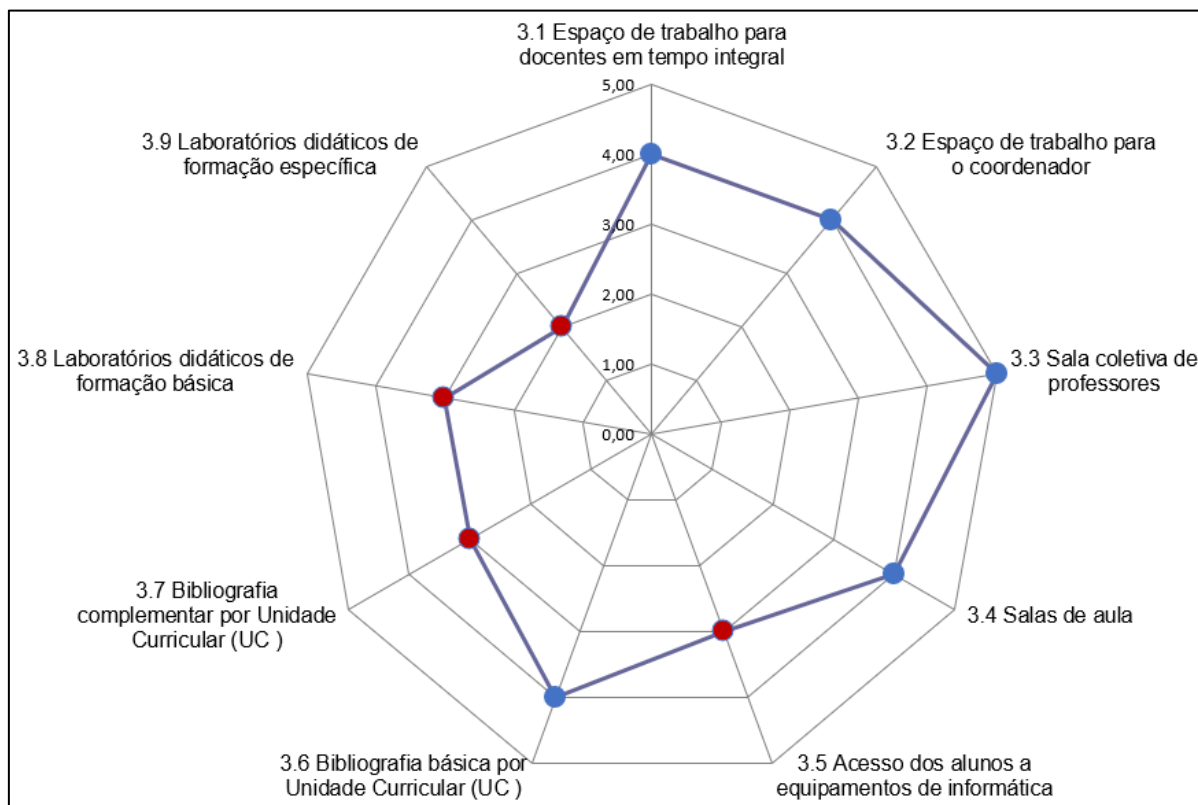
Gráfico 2 –
Indicadores da dimensão corpo docente e tutorial.



Fonte: autores (2024).

Na dimensão Infraestrutura, o gráfico 3 mostra os que indicadores (3.5) acesso dos alunos a equipamentos de informática, (3.7) bibliografia complementar por unidade curricular (UC), (3.8) laboratórios didáticos de formação básica, obtiveram conceito 3 (satisfatório). Além destes, o indicador (3.9) laboratórios didáticos de formação específica obteve conceito 2 (parcialmente satisfatório).

Gráfico 3 –
Indicadores da dimensão Infraestrutura.



Fonte: autores (2024).

As justificativas, evidenciadas no apêndice 1, corroboram a atribuição das notas iguais ou menores que 3 no relatório de avaliação do curso em questão, contribuindo para entendimento de quais são as ausências que estão impossibilitando o alcance da nota 5. Finalmente, a partir do preenchimento do esquema de planejamento para propostas, utilizando o relatório de avaliação *in loco* do curso de Engenharia de Produção da IES em Itacoatiara e, também, observando a visualização facilitada das informações por meio dos gráficos radares, foram propostas ações de melhoria para os indicadores com conceitos iguais ou menores que 3, de cada uma das três dimensões avaliadas.

Considerações finais

Esta pesquisa propôs uma ferramenta para planejamento de ações para melhoria de conceito de cursos de graduação empregando o relatório de avaliação *in loco* de curso, baseado no IACG utilizado pelo MEC. O estudo organiza e apresenta as etapas para criação do esquema de planejamento para propostas e realiza a aplicação deste recurso em um curso de Engenharia de Produção de uma IES localizado no interior do Amazonas.

A aplicação da ferramenta identificou, na dimensão Organização didático-pedagógica, sete indicadores com conceitos iguais ou inferiores a 3 e, nas dimensões Corpo docente e tutorial e Infraestrutura, com apenas dois indicadores com conceitos iguais ou inferiores a 3. Então, um plano com sugestões de ações para atingir o conceito 5 foi criado para esses indicadores com oportunidade de melhoria. O plano foi apresentado aos coordenadores do curso avaliado, os quais atestaram sua robustez, tomando-o como base para aperfeiçoamento de suas atividades.

O esquema de planejamento para propostas pode ser aplicado em qualquer curso de graduação que possua um relatório da avaliação in loco, utilizando o IACG. Sua característica de fácil aplicabilidade, constitui-se em um importante instrumento de referência, podendo subsidiar o planejamento de ações futuras, baseado em um modelo de simples acompanhamento e gestão.

Referências

ANDRADE, Maria Antônia Brandão de. A avaliação da educação superior: uma breve análise no campo teórico-conceitual. *Revista entreideias*, Salvador, v. 1, n. 2, 2012, p. 27-45.

BRASIL. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. *Nota técnica n. 58/2020/CGCQES/Daes*: cálculo do conceito preliminar de curso 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/ENADE/notas_tecnicas/2019/NOTA_TECNICA_N_58-2020_CGCQES-DAES_Metodologia_de_calculo_do_CPC_2019.pdf. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. *Nota técnica n. 16/2017/CGACGIES/Daes*: institui novos instrumentos de avaliação externa: instrumento de avaliação institucional externa – Presencial e a distância (IAIE); instrumento de avaliação de cursos de graduação – presencial e a distância (IACG). 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. *Indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (IDD)*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/indicador-de-diferenca-entre-os-desempenhos-observado-e-esperado-idd>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

BRASIL. *Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004*: institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. *Portaria normativa n. 4*: regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do Sinaes instaurado pela portaria normativa n. 1, de 2007. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port_Norm_004_2008_08_05.pdf. Acesso em: 25 maio 2023

BRASIL. *Portaria normativa n. 12*: institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2008/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. *Portaria normativa n. 40*, de 12 de dezembro de 2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues et al. *Guia prático de procedimentos técnicos para avaliação de cursos de graduação no Centro de Informática da UFPB, a partir do Sinaes*. João Pessoa: UFPB, 2019. 417f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; GOMES, Claudia Suely Ferreira. Avaliação de cursos do ensino superior no Brasil: o SINAES na sua relação com a qualidade. *EccoS–Revista Científica*, São Paulo, n. 56, 2021, p. 1-20.

UFAM. *Relatório de renovação de reconhecimento de curso*. Disponível em: <https://icet.ufam.edu.br/comissao-setorial-da-avaliacao.html>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, São Paulo, v.15, n. 1, 2010, p. 195-224.

GALDINO, Mary Neuza Dias. *A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão*. Duque de Caxias: Cesgranrio/Universidade do Grande Rio, 2011.

GIL, Antônio Carlos et al. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, Denise. Reformas universitárias: avaliação institucional participativa. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Sorocaba, 12, n. 3, 2007, p. 531-534.

LORDELO, Jose Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Bahia: UFBA, 2009.

MACHADO, Carminda dos Santos Monteiro. *Autoavaliação: um processo de melhoria das escolas*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa Centro Regional das Beiras, 2014. 65f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Católica Portuguesa Centro Regional das Beiras.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, Sinaes, IDD, CPC, IGC e outros índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 14, 2009, p. 439-452.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 14, 2006, p. 425-436.

REIS, Cisne Zélia Teixeira; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 15, n. 3, 2010, p. 109-129.

RIBEIRO, Wagner Leite et al. *Avaliação de cursos a partir do Sinaes: uma contribuição à Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 2018. 168f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

SANTOS, Luciana Schroeder dos; GESSER, Verônica. Avaliação externa da educação superior in loco: pareceres dos avaliadores. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 31, n. 77, 2020, p. 263-286.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 1, n. 1, 2009, p. 1-15.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, Tânia Aparecida. *Planejamento para o desenvolvimento do simulador de avaliação externa, à luz do instrumento de avaliação de curso de graduação (IACG) no contexto do novo marco legal regulatório*. Curitiba: CUI, 2020. 132f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional.

UHLMANN, Iracyanne Retto. *Modelo de reprogramação de produção em flow shop híbrido unidirecional integrando fabricante por contrato e seus clientes*. Florianópolis: UFSC, 2020. 109f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Apêndice 1 –

Esquema para planejamento de melhorias preenchido com base na aplicação em uma IES no município de Itacoatiara.

Dimensão	Indicador	Nota	Justificativa do conceito	Ações propostas
1 – Organização didático-pedagógica	1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso	3	Justificativa para conceito 3: o PPC destaca de maneira suficiente as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa, tais como: As políticas de inclusão e assistência estudantil; Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica; Formação cidadã ativa, crítica, construtiva, criativa, propositiva e reveladora de uma conscientização social, política, estética, ética; Flexibilização do curso ensejando a inovação no âmbito institucional e social em termos da sua autonomia didático-científica; A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no processo de ensino.	1. Promover reuniões para alinhar políticas institucionais com expectativas e necessidades de todos. 2. Mapear as práticas pedagógicas e de pesquisas utilizadas no curso para identificar as mais exitosas ou inovadoras. 3. Analisar das competências e habilidades necessárias para os egressos do curso e identificar as oportunidades de aprendizagem que promovam o desenvolvimento dessas competências.
1 – Organização Didático-Pedagógica	1.2 objetivos do curso	4	Justificativa para conceito 4: os objetivos gerais e específicos do curso estão muito bem coerentes com o perfil do egresso e a estrutura curricular.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.3 Perfil profissional do egresso	4	Justificativa para conceito 4: o perfil profissional do egresso, como generalista, expressa muito bem as habilidades e competências do engenheiro de produção nos diversos aspectos do exercício da profissão: técnico, crítico, político, ético, social e ambiental.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.4 Estrutura curricular	4	Justificativa para conceito 4: a estrutura curricular é muito boa no que diz respeito a flexibilidade, articulação entre a teoria e prática, compatibilidade de carga horária. Destaca-se a recente reformulação do projeto pedagógico do curso, feita pelo NDE, onde a nova grade curricular é composta por 65 disciplinas com carga horária total de 4.200 horas, flexibilizada com disciplinas optativas e 3 áreas de concentração.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.5 Conteúdos curriculares	4	Justificativa para conceito 4: os conteúdos curriculares implantados no novo currículo são muito bons, possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, e contemplam todos as habilidades previstas no PPC. Atendem inclusive às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e	Não há recomendações nesse momento.

			para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. As bibliografias indicadas são adequadas para as respectivas ementas.	
1 – Organização didático-pedagógica	1.6 Metodologia	3	Justificativa para conceito 3: as atividades pedagógicas apresentam uma suficiente coerência com a metodologia implantada. Os conteúdos práticos do curso são parcialmente praticados. Na reunião com os estudantes foi verificado que nem todos os professores utilizam de forma adequada os laboratórios implantados.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de metodologias inovadoras. 2. Promover eventos educativos envolvendo professores e especialistas para criar discutir sobre metodologias de ensino inovadores de ação teoria-prática. 3. Implementar avaliação contínua das práticas pedagógicas usando instrumentos de avaliação de desempenho aluno e feedback discente. 4. Utilizar recursos educacionais e tecnológicos para melhorar aprendizagem, como laboratórios virtuais e materiais interativos.
1 – Organização didático-pedagógica	1.7 Estágio curricular supervisionado	3	Justificativa para conceito 3: o estágio curricular supervisionado com duração de 240 horas é previsto no 10o. período do curso. Está bem regulamentado a nível da IES e do curso. Entretanto, na reunião com os estudantes foi verificada a dificuldade de achar oportunidade de estágio na região, e poucos convênios que existem entre a IES e as empresas locais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e estabelecer convênios e parcerias com empresas, instituições e órgãos governamentais para oferecer oportunidades de estágio aos alunos. 2. Garantir que os convênios e parcerias ofereçam condições adequadas para a realização dos estágios, incluindo acompanhamento, e oportunidades de aprendizagem significativas. 3. Estimular a participação ativa dos alunos em atividades práticas relacionadas à sua área de formação, proporcionando uma vivência real do ambiente profissional.
1 – Organização didático-pedagógica	1.8 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica obrigatório para licenciaturas.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.9 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.

	Obrigatório para licenciaturas.			
1 – Organização didático-pedagógica	1.10 Atividades complementares	4	Justificativa para conceito 4: as atividades complementares são de 200 horas previstas no PPC e abrangem várias atividades livremente realizadas pelos alunos nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. São muito bem regulamentadas pela resolução n. 018/2007CEG/Consepe/Ufam.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.11 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	4	Justificativa para conceito 4: o TCC conta com carga-horária total de 240 horas na nova grade curricular, em forma de duas disciplinas TCC1 e TCC2, cada uma com 120 horas, a ser realizadas no nono e décimo período do curso. O trabalho é bem regulamentado no PPC quanto a metodologia, forma de apresentação e coordenação.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.12 Apoio ao discente	3	Justificativa para conceito 3: a IES tem uma Divisão de Assuntos Estudantis que cuida de maneira suficiente das necessidades psicopedagógicas e de acessibilidade dos estudantes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituir programas de nivelamento e atividades extracurriculares, bem como estimular a participação dos alunos em centros acadêmicos e intercâmbios. 2. Criar um ambiente que incentive a criatividade, a experimentação e o compartilhamento de ideias entre estudantes, professores e funcionários.
1 – Organização didático-pedagógica	1.13 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	3	Justificativa para conceito 3: na reunião com a CPA foi constatada a existência de ações administrativas em decorrência das autoavaliações que a IES tem feito. Entretanto, tais ações são tímidas e insuficientes, não estratificando os dados coletados por campus e curso (exceto por iniciativas recentes, utilizando meios alternativos como Google Forms), de modo que não encorajam a própria participação da comunidade acadêmica nas autoavaliações. Por exemplo, na reunião com os alunos foi evidenciado que pouquíssimos deles participaram alguma vez no processo de autoavaliação, enquanto muitos não sabiam da sua existência. Destaque-se também a não existência, atualmente, de representação da comunidade externa. Como aspectos positivos, registre-se o enfoque dado à saúde mental da comunidade acadêmica, combatendo o stress acadêmico, com políticas de prevenção do suicídio e apoio em caso de quadros de depressão. Além disso, a articulação entre a CPA - órgão central - e as comissões locais têm	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar processo de autoavaliação periódica do curso, envolvendo todos os membros da comunidade acadêmica. 2. Definir indicadores de desempenho e critérios de avaliação que permitam uma análise abrangente e objetiva do curso, considerando aspectos como qualidade do ensino, infraestrutura, satisfação dos alunos. 3. Com base nos resultados das avaliações, elaborar planos de ação contendo metas, objetivos e atividades específicas para promover melhorias no curso. 4. Incentivar a participação de todos os membros da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação e nas discussões sobre o aprimoramento do curso. 5. Garantir a transparência e prestação de contas sobre as ações realizadas e os resultados obtidos.

			permitido o desenvolvimento de ações sistemáticas para beneficiar todas as unidades da Ufam.	
1 – Organização didático-pedagógica	1.14 Atividades de tutoria	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial. Não há oferta de disciplinas em EaD.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.15 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial. Não há oferta de disciplinas em EaD.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.16 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem	3	Justificativa para conceito 3: as tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem são suficientes na execução do projeto pedagógico, considerando a disponibilidade de ferramentas que permitem disponibilizar em meio virtual o material apresentado em sala de aula, planos de ensino, e materiais complementares.	1. Analisar as tecnologias de informação e comunicação atualmente adotadas no processo de ensino-aprendizagem, identificando seus pontos fortes e áreas de melhoria. 2. Atualizar o parque tecnológico da instituição, garantindo que as tecnologias utilizadas alinhando com as melhores práticas e sejam capazes de atender às necessidades do projeto pedagógico do curso.

				3. Explorar diferentes formatos de conteúdo, como simuladores, para proporcionar experiências diferenciadas de aprendizagem.
1 – Organização didático-pedagógica	1.17 Ambiente virtual de aprendizagem exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial. Não há oferta de disciplinas em EaD.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.18 Material didático NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.19 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	3	Justificativa para conceito 3: os procedimentos de avaliação do ensino-aprendizagem são os vigentes na UFAM, com normas específicas para as unidades localizadas fora da sede, considerados suficientes para esta finalidade.	1. Implementar mecanismos de avaliação que tenham um caráter formativo, ou seja, que ofereçam feedback contínuo aos estudantes ao longo do processo de aprendizagem. 2. Analisar os dados coletados para identificar tendências, padrões e áreas de preocupação em relação ao desempenho dos alunos. Utilizar as informações obtidas para implementar ações concretas destinadas a melhorar a aprendizagem dos alunos.

1 – Organização didático-pedagógica	1.20 Número de vagas	4	Justificativa para conceito 4: a IES oferece 50 vagas anuais, com ingresso no segundo semestre do ano. O número corresponde muito bem à dimensão do corpo docente e as condições da infraestrutura do curso.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.21 Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.22 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
1 – Organização didático-pedagógica	1.23 Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.

1 – Organização didático-pedagógica	1.24 Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE	4	Justificativa para conceito 4: o NDE está regulamentado e sua composição atual foi instituída pela portaria n. 054/2018, de 11 de maio de 2018. É composto por 7 docentes, incluindo a coordenadora do curso. Existem atas de pelo menos duas reuniões ordinárias por ano do NDE, tendo sido verificadas atas de reunião extraordinária para revisão do PPC. Verificadas, por exemplo, as atas 01/2018 (4/5/2018), 09/2017 (26/10/2017) e 08/2017 (23/10/2017). O NDE tem desenvolvido ações consistentes de análise e revisão do PPC, bem como quanto à proposição de ações e acompanhamento do protocolo de compromisso. Porém, sua atuação poderia focar mais na caracterização socioeconômica da região onde a instituição está inserida, com maior detalhamento das oportunidades de trabalho e estágio	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.2 Equipe multidisciplinar Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial. Não há oferta de disciplinas em EaD.	Não há recomendações nesse momento.

	Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).			
2 – Corpo docente e tutorial	2.3 Atuação do coordenador	5	Justificativa para conceito 5: a atuação da coordenadora do curso, em conjunto com o vice-coordenador, é excelente. Foi demonstrada sua efetiva participação e articulação com o Colegiado do Curso e outras instâncias, respeito e admiração por parte de alunos e professores, bem como um trabalho consistente e dedicado para a melhoria do curso. A designação da coordenadora e vice-coordenador ocorreram em 24/8/2017 (Portaria no. 2032/2017).	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.4 Regime de trabalho do coordenador de curso	5	Justificativa para conceito 5: a coordenadora do curso de Engenharia de Produção, atua em regime de trabalho de tempo integral. Considerando a relação entre as 50 vagas anuais e as horas semanais dedicadas à coordenação (30h, descontando o tempo para aulas e planejamento didático – disciplinas Introdução à Economia; Gestão Ambiental), a relação é menor que 10. Além disso, há apoio do vice-coordenador, o que configura excelente disponibilidade de apoio aos discentes e para atuação nas demais atividades de coordenação.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.5 Corpo docente: titulação	5	Justificativa para conceito 5: o percentual dos docentes do curso de Engenharia de Produção com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) é de 84,8%, sendo 17 mestres e 11 doutores.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso	5	Justificativa para conceito 5: o percentual do corpo docente do curso de engenharia de produção com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é de 100,0% (todos os professores atuam em regime de dedicação exclusiva ou 40h semanais – este último caso é o regime de contratação dos professores substitutos).	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.7 Experiência profissional do docente	4	Justificativa para conceito 4: cerca de 75,8% do corpo docente (25 professores) possui mais de 2 anos de experiência profissional (excluídas as atividades no magistério superior). O corpo docente do curso de Engenharia de Produção apresenta experiência profissional média de 4,0 anos.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.8 Experiência no exercício da	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.

	docência na educação básica Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.			
2 – Corpo docente e tutorial	2.9 Experiência no exercício da docência superior	5	Justificativa para conceito 5: cerca de 87,9% do corpo docente do curso de Engenharia de Produção (29 professores) possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.10 Experiência no exercício da docência na educação a distância NSA para cursos totalmente presenciais.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.11 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância NSA para cursos totalmente presenciais.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.12 Atuação do colegiado de curso ou equivalente	3	Justificativa para conceito 3: o colegiado do curso de Engenharia de Produção possui regulamento, representatividade e periodicidade das reuniões, conforme livro de Atas. Os membros do Colegiado, cuja composição atual foi definida pela Portaria 2032/2017 (24/8/2017), demonstraram efetiva participação em atividades pedagógicas, análise e aprovação do PPC e	1. Avaliar periodicamente o desempenho do colegiado, envolvendo a análise de indicadores de eficiência, eficácia e satisfação dos membros. Utilizar os resultados da avaliação para identificar áreas de melhoria e implementar ajustes nas práticas de gestão do colegiado, visando aprimorar seu funcionamento e desempenho.

			acompanhamento das ações relacionadas ao Protocolo de Compromisso do curso. Foram observados como aspecto a serem melhorados, conforme reunião com os discentes e análise de documentação: trabalhar no envolvimento dos alunos quanto ao processo de autoavaliação (participação nas pesquisas institucionais desenvolvidas pela CPA); maior participação discente no colegiado; incentivo ao encaminhamento de carreiras (por meio de oportunidades de estágio, por exemplo); planejamento de visitas técnicas.	2. Estabelecer um fluxo claro e definido para o encaminhamento das decisões tomadas pelo colegiado. 3. Promover a participação e o engajamento ativo dos membros do colegiado, incentivando a contribuição de ideias, sugestões para o aprimoramento contínuo do curso.
2 – Corpo docente e tutorial	2.13 Titulação e formação do corpo de tutores do curso NSA para cursos totalmente presenciais.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial. Não há oferta de disciplinas em EaD.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.14 Experiência do corpo de tutores em educação a distância Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial. Não há oferta de disciplinas em EaD.	Não há recomendações nesse momento.
2 – Corpo docente e tutorial	2.15 Interação entre tutores (presenciais –	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial. Não há oferta de disciplinas em EaD.	Não há recomendações nesse momento.

	quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo para cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).			
2 – Corpo docente e tutorial	2.16 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	2	Justificativa para conceito 2: verificou-se que mais de 50% dos docentes (21 professores) têm pelo menos entre 1 e 3 produções nos últimos 3 anos. Parte dos docentes tem registros de produção mais elevada, porém o percentual de professores com pelo menos 4 a 6 produções nos últimos 3 anos (faixa superior de pontuação no indicador) não alcança 50% do quadro (somente 10 docentes).	1. Elaborar uma métrica com medidas quantificáveis para analisar a evolução e o resultado da produção científica dos docentes.
3 – Infraestrutura	3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	4	Justificativa para conceito 4: todos os professores TI tem seus gabinetes individuais de trabalho, equipados com mesa de trabalho e computador.	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.2 Espaço de trabalho para o coordenador	4	Justificativa para conceito 4: a coordenadora do curso conta com um gabinete muito bom, equipado com mesa de trabalho, computador e outras mobílias necessárias para seu trabalho.	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.3 Sala coletiva de professores	5	Justificativa para conceito 5: a IES possui gabinetes individuais bem equipados para todos os professores, inclusive para professores substitutos. A comissão de	Não há recomendações nesse momento.

			avaliação considera uma situação de excelência para este item.	
3 – Infraestrutura	3.4 Salas de aula	4	Justificativa para conceito 5: a IES possui gabinetes individuais bem equipados para todos os professores, inclusive para professores substitutos. A comissão de avaliação considera uma situação de excelência para este item.	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	3	Justificativa para conceito 3: a IES possui um total de 8 laboratórios de informática, com total de 240 computadores, para realização de aulas, atividades didáticas, e pesquisa, usados por todos os cursos. Entretanto, apenas um dos laboratórios é de acesso livre para todos os estudantes da IES nas janelas de tempo em que não tem atividade didática. Existe também o provimento de rede WiFi para uso dos estudantes. O acesso a este recurso é considerado suficiente.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar uma pesquisa junto aos estudantes para compreender suas necessidades e expectativas em relação ao laboratório de informática, levando em consideração aspectos como disponibilidade de equipamentos. 2. Analisar os hardwares e softwares existentes no laboratório de informática para identificar necessidades de atualização. 3. Avaliar o espaço físico do laboratório de informática em termos de conforto, ergonomia e adequação para o uso dos equipamentos. 4. Avaliar periodicamente os laboratórios de informática, envolvendo a análise da adequação, qualidade e pertinência dos equipamentos, software e infraestrutura de rede.
3 – Infraestrutura	3.6 Bibliografia básica por unidade curricular	4	Justificativa para conceito 4: a IES conta com um excelente quantitativo para a Bibliografia básica, com 3 ou mais títulos por unidade curricular, ultrapassando de 200 exemplares para algumas unidades curriculares. Entretanto, considerando a existência de outros cursos usuários dos mesmos livros, a parcela que cabe ao curso da engenharia de produção foi calculada a uma média de 37 exemplares da bibliografia básica por unidade curricular, o que corresponde a disponibilidade de um exemplar para cada 1,3 vagas anuais ofertadas para o curso (são 50 vagas anuais).	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.7 Bibliografia complementar por unidade curricular	3	Justificativa para conceito 3: a bibliografia complementar tem um quantitativo de títulos que varia de 0 a 5, e quando existe, acima de 2 exemplares de cada um. Em maioria dos casos que não há indicação de bibliografia complementar, a ausência é compensada por um excesso de títulos da bibliografia básica (acima de 5 títulos para este), razão pela qual a comissão considera uma disponibilidade suficiente.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer contratos com fornecedores de serviços de acervo virtual, garantindo acesso ininterrupto aos usuários e fornecendo uma ampla variedade de recursos digitais. 2. Adquirir assinaturas de acesso a periódicos especializados que complementem o conteúdo

				administrado nas unidades curriculares, fornecendo aos alunos acesso a fontes atualizadas. 3. Gerenciar o acervo que permita atualizar regularmente a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas pelos usuários. 4. Desenvolver um plano de contingência para garantir o acesso e o serviço ininterrupto em caso de problemas técnicos ou interrupções no fornecimento.
3 – Infraestrutura	3.8 Laboratórios didáticos de formação básica	3	Justificativa para conceito 3: a IES possui Laboratórios de Informática, Física, Química, Robótica e Automação, Ensaio Mecânicos, Metrologia, e Fenômenos de Transporte. Os laboratórios de informática são muito bons no aspecto quantitativo, contando com 240 computadores. Os demais contam com espaços bem amplos e adequados, com um quantitativo suficiente de equipamentos. Não há sala de desenho em prancheta.	1. Avaliar regularmente para medir a qualidade dos laboratórios, os serviços prestados e a satisfação dos usuários. 2. Utilizar os dados obtidos das avaliações para planejar estrategicamente o incremento da qualidade do atendimento, antecipar demandas futuras e melhorar as aulas ministradas nos laboratórios.
3 – Infraestrutura	3.9 Laboratórios didáticos de formação específica	2	Justificativa para conceito 2: os laboratórios têm um suficiente apoio técnico, com manuais de segurança, porém na reunião com os estudantes foi verificada a pouca utilização didático experimental por parte da maioria dos professores. Não há atendimento à comunidade nos serviços laboratoriais.	1. Realizar avaliações periódicas dos professores em relação à sua utilização dos laboratórios, identificando áreas de melhoria e fornecendo feedback para aperfeiçoamento. 2. Avaliar regularmente para medir a utilização didática dos laboratórios, utilizando os resultados para orientar melhorias contínuas.
3 – Infraestrutura	3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCN. NSA para os demais cursos.	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.11 Laboratórios de habilidades	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.

	Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.			
3 – Infraestrutura	3.12 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.13 Biotérios Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística) NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.15 Núcleo de práticas jurídicas:	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.

	atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.			
3 – Infraestrutura	3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.
3 – Infraestrutura	3.17 Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.	NSA	Justificativa para conceito NSA: Curso de Engenharia	Não há recomendações nesse momento.

3 – Infraestrutura	3.18 Ambientes profissionais vinculados ao curso Exclusivo para cursos à distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.	NSA	Justificativa para conceito NSA: o curso avaliado é de Engenharia de Produção, bacharelado, na modalidade presencial.	Não há recomendações nesse momento.
-----------------------	---	-----	---	-------------------------------------